

DA EVOLUÇÃO URBANA À GEOGRAFIA HISTÓRICA DO RIO DE JANEIRO: O ITINERÁRIO DE UM GEÓGRAFO

ENTREVISTA DE MAURICIO ABREU CONCEDIDA A LAURENT VIDAL¹

Laurent Vidal: Seu primeiro livro, que hoje é um clássico, se chamava: “Evolução Urbana do Rio de Janeiro”. Este novo livro se chama “Geografia Histórica do Rio de Janeiro”. Gostaria de saber como você passou de uma proposta para outra e o que significa essa mudança de palavras no título?

Mauricio Abreu: O título “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” foi imposto pela editora. O original era “O Rio de Janeiro e sua evolução urbana” e tinha um subtítulo muito grande, que era “Contradições do espaço etc..”, o qual já nem lembro exatamente qual era. Minha ideia era trabalhar um pouco o caminhar da cidade e ver como o papel do Estado havia sido essencial no século XIX e, sobretudo, no século XX para a constituição de um espaço segregado, em que os ricos e as classes mais abastadas ocupavam determinada parte da cidade, bem provida de infraestrutura, enquanto que os pobres, quanto mais pobres, mais ocupavam as periferias. Então havia ali uma ideia de atuação seletiva, vamos dizer assim, das políticas públicas, que beneficiavam as áreas mais ricas em detrimento das áreas mais pobres.

A obra “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” foi escrita 31 anos atrás, em 1977 (porém, o relatório inicial foi divulgado em 1978). Naquela época, eu nem sabia, para ser sincero, o que era Geografia Histórica. Eu nunca havia feito um trabalho que incorporasse o tempo na análise geográfica, a não ser de forma superficial – por exemplo: uma leitura de resultados de censos recentes.

¹ Historiador, diretor do *Centre de Recherches en Histoire Internationale et Atlantique* (Université de La Rochelle, França) e professor convidado no Departamento de Geografia, UFRJ (março – junho de 2008).

Esse trabalho, como eu explico nos prefácios da segunda e terceira edições e, agora, no novo prefácio da última edição, caiu em minhas mãos de forma bastante circunstancial. Tinha um patrocínio de uma instituição canadense e, depois, de uma instituição do governo federal brasileiro. Um patrocínio muito pequeno em termos de dinheiro, mas quando acabou deixou-me livre para fazê-la. Eu participava, na ocasião, de um centro de pesquisas urbanas (o IBAM) e fui alocado para fazer essa pesquisa e ela mudou toda a minha vida, porque, na divisão de trabalho que se fez (era para ser feita por mim e por uma colega socióloga), a mim coube analisar o processo histórico da atuação do Estado e de suas políticas públicas sobre a área metropolitana do Rio de Janeiro. Enveredei pela História e comecei a coletar dados. Não há nenhum dado primário nesse livro. Ele é todo baseado em fontes secundárias. Mas apaixonei-me por essa temática. Depois que saí do IBAM, onde foi feito esse trabalho, eu entrei para a Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde era obrigado a ter um projeto de pesquisa, e a minha ideia foi, inicialmente, contemplar as carências (que eu já sentia que havia no trabalho original) com o acesso a fontes primárias. E desde esse momento que entrei nos arquivos foi para nunca mais sair.

Nesse ínterim, e apesar de já ser doutor há algum tempo, quer dizer, não só fui aprendendo a trabalhar com a História, a ler os trabalhos de História, mas a descobrir também que existia a Geografia Histórica, que era algo muito mais amplo do que eu antes imaginava. Havia uma tradição, sobretudo na Grã-Bretanha, nos Estados Unidos e, um pouco menos, na França, de estudos de geografias do passado, de processos sociais ocorridos no passado e que tivessem uma dimensão espacial a ser estudada. Com isso, eu também comecei a ler, a aprender, a descobrir todo esse universo bibliográfico que existia. Então, a minha entrada na Geografia Histórica foi como autodidata. Tive que aprender tudo. Não só o que é Geografia Histórica, mas o que são as metodologias, as discussões teóricas. Tive também que entrar na discussão das metodologias da História e, sobretudo, de algumas discussões de historiadores – ou, para ser mais justo, muitas discussões – a respeito do Rio de Janeiro dos séculos XVII, XVIII e XIX. Foi um processo então bastante complexo, cada vez mais complexo, que me levou a este estágio atual, em que já me considero dominando muito disso, mas ainda tendo muito o que aprender.

Vidal: Você disse que entrou como autodidata na área da Geografia Histórica. Depois deste novo livro, você diria que sua concepção da Geografia Histórica evoluiu? Será que ele abre novas perspectivas dentro deste campo de pesquisa?

Abreu: Eu acho que a Geografia Histórica é um campo muitíssimo fértil, no qual há ainda muita coisa a ser explorada. Porque a Geografia, como disciplina, na sua história como disciplina, foi definida como um estudo do presente. Ou seja, a História estuda o passado, a Geografia estuda o presente. A Geografia só vai ao passado para entender o presente. E por causa dessa prática, que foi uma prática generalizada, os geógrafos pouco fazem indagações ao passado.

Felizmente, alguns geógrafos se insurgiram contra essa fatalidade e fundaram a Geografia Histórica. A questão é que o passado tem muito a informar aos geógrafos. Os historiadores estudam o passado, mas as questões que fazem ao passado não são as nossas. Então, o que existe de mananciais, de temas inexplorados é extremamente vasto.

Depois de todo esse esforço, estou convencido de que a minha caminhada foi bem sucedida: de um lado, porque entrei no passado (sobretudo do Rio de Janeiro), com questões novas, ainda não formuladas pelos historiadores, para o entendimento do processo de produção do espaço carioca e fluminense. Mas eu acho que fui vitorioso numa outra batalha também, que é a da afirmação da Geografia Histórica no Brasil. No início, fazia um trabalho solitário: neste campo, só tinha eu e o Pedro Vasconcelos, na Bahia, com quem eu tinha *rapport*, diálogo. Acontece que muitos geógrafos achavam o meu trabalho bonito, mas não tinham como dialogar comigo, porque não sabiam do passado. Por incrível que pareça, eu tive também um problema com os historiadores, especialistas do Rio de Janeiro, por causa da minha opção pelo século XVII. Os historiadores não estudam o século XVII. Falam do século XVIII e do século XIX, mas o século XVII é um grande mistério para os historiadores, com algumas exceções, a exemplo de João Fragoso.

Então, eu acho que hoje, na Geografia brasileira, a Geografia Histórica é um campo que começa a existir. As pessoas sabem que existe. Na última reunião da ANPEGE², a nossa associação nacional, houve três seções de Geo-

² Reunião da ANPEGE realizada em Niterói em 2007.

grafia Histórica. Eu já orientei mais de vinte dissertações ou teses de Geografia Histórica aqui. Já existe um núcleo de pesquisa de Geografia Histórica no organograma do Departamento de Geografia da UFRJ. Já sei da existência de cursos de Geografia Histórica em outros programas de pós-graduação. Eu acho que isso tudo mostra que os geógrafos estão começando a ver que podem fazer questões ao passado a partir da Geografia. Não é ainda um campo, vamos dizer assim, estabelecido com força, mas é um campo já reconhecido e com muito investimento sendo feito por pessoas que querem estudar o passado sob um ponto de vista geográfico. Obviamente, se compararmos o que ocorre no Brasil com o que ocorre em outros lugares, como a Grã-Bretanha, onde a Geografia Histórica sempre foi muito forte, o nosso processo aqui é ainda embrionário. Mas ele já está dando frutos importantes.

Vidal: Entrando agora no seu último livro, você explica que o nosso conhecimento sobre o Rio de Janeiro dos primeiros séculos está dificultado pelo desaparecimento dos arquivos municipais e pelo desmonte do Morro do Castelo. Você afirma que essa falta de documentos e de monumentos foi um verdadeiro quebra-cabeça. Qual foi então a metodologia que inventou para resolver esse quebra-cabeça?

Abreu: Inicialmente, talvez seja interessante lembrarmos, a ideia deste livro começou em Paris, quando eu estava fazendo meu pós-doutorado. Além das coisas que eu queria fazer em Paris (participar de seminários, dar palestras, utilizar bibliotecas, visitar centros de pesquisa), eu trouxera comigo todo um material informativo do século XIX – que já tinha trabalhado – para discutir. Aliás, isso, até hoje, é outra pergunta: por que eu não usei esse material? Se você quiser, eu respondo: ele está sendo utilizado hoje, em grande parte, pelos meus alunos.

Mas, em Paris, resolvi, antes de escrever sobre o século XIX, começar a escrever sobre os séculos coloniais. Era um capítulo apenas...

Vidal: Lembro bem dessa conversa...

Abreu: Era um capítulo!!! E desse capítulo é que notei que era ignorante quase completo dos séculos coloniais e então decidi que eu tinha que aprender

mais. A ideia de escrever sobre o século XIX foi ficando cada vez mais distante, enquanto eu mergulhava no período colonial e, hoje, eu não sei se voltarei algum dia a escrever sobre o século XIX. Porque ainda há todo um outro volume sobre o século XVIII para escrever, e esse outro volume deve ir até o período da família real no Rio de Janeiro.

Mas este livro que eu estou acabando agora – eu não sei quantos volumes terá – irá até 1700. Porque 1700? Em Paris, tomei finalmente a decisão de não mais fazer um capítulo, mas um grande livro sobre o período colonial. Isso me levaria ou a 1808 (o que é mais provável), ou ao fim oficial, que seria 1815, com a elevação do Brasil a Reino, ou a 1822, com a Independência. Mas o que eu descobri, na realidade, é que no Rio de Janeiro anterior à chegada da família real, há dois Rios de Janeiros. Há coisas em comum entre esses dois Rios de Janeiros, mas há coisas que são extremamente diferentes. O Rio de Janeiro dos séculos XVI e XVII é o Rio de Janeiro canavieiro por excelência. É o Rio de Janeiro, a capitania secundária, no universo colonial brasileiro: nunca tem a importância da Bahia, nem a importância de Pernambuco; a economia gira em magnitude menor. Ainda nos meados do século XVII, é marcado pela importância da escravidão indígena – o que não é mais o caso na Bahia ou em Pernambuco. Ou seja, o Rio de Janeiro do século XVI, que é o da conquista, e o do século XVII, que é o da apropriação das terras e da organização territorial, da fixação das bases da organização territorial, é um Rio de Janeiro diferente daquele que vai surgir no final do século XVII. Então usei 1700 como um marco da mudança desse Rio de Janeiro predominantemente canavieiro para esse Rio de Janeiro, porto do ouro, que tem uma outra dinâmica.

Vidal: Mas então, por que essa pesquisa, que era inicialmente prevista para ser de um ano, se tornou tão grande, ocupando quase quinze anos da sua vida?

Abreu: Uma primeira resposta reside, em parte, na pergunta que você formulou anteriormente – que é o incêndio das fontes primárias municipais no Arquivo Municipal. Durante muito tempo eu acreditei – e isso a partir de certas leituras que fazia (quando disse a você que eu não sabia nada da colônia, alguma coisa eu sabia) – é que se perdeu tudo no incêndio de 20 de julho de 1790, ou seja, que isso tinha sido um desastre em termos da memória histórica

do Rio de Janeiro, e que por essa razão é que se conhecia tão pouca coisa do período colonial.

Entretanto, ao começar a pesquisa do período colonial – ainda na França e utilizando até mesmo materiais que eu tinha levado do Brasil, mas aos quais não tinha dado a devida atenção porque não era o objetivo –, eu comecei a indagar se realmente nós tínhamos perdido toda a informação, ou a maior parte da informação. Isso me veio a partir de registros que eu comecei a achar nos Anais da Biblioteca Nacional do início do século XX, nos quais encontrei a relação da documentação que estava em Portugal. Eu comecei então a me dar conta de que ali havia muita informação sobre sesmarias, que foram dadas no início do processo de colonização.

Aí eu comecei a indagar se não haveria documentação em Portugal que tinha sido pouco utilizada ou não vista ainda e, assim, tomei a decisão de ir a Portugal enquanto ainda estava na França.

No primeiro contato que tive – isso foi em maio de 1995, exatamente no final do meu *séjour* na França –, soube que lá existiam 300 caixas sobre o Rio de Janeiro colonial e aí pensei: “Bem, com essas informações, pode ser que eu consiga juntar algumas peças desse quebra-cabeça”. A partir daí, comecei a visitar amiúde o Arquivo Histórico Ultramarino. Foi uma experiência fantástica ir descobrindo o século XVII, com a visão do geógrafo. Muitas coisas ali já haviam sido debatidas pelos historiadores, principalmente questões relativas à prática colonial, mas as minhas questões eram outras. E assim eu comecei a utilizar o Arquivo Histórico Ultramarino, assim como o Arquivo da Torre do Tombo em Lisboa, e depois o Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo da Cidade também, que é pobre, porque foi o arquivo que sofreu com o incêndio, mas que tem ainda alguma documentação colonial.

Aos poucos, fui vendo que havia muita falha na documentação, mas que era possível entrar nesse passado distante do Rio de Janeiro do século XVII, a partir das informações dispersas nos diversos fundos documentais. Precisavam, de certa forma, serem colocadas juntas, porque elas se encaixavam! Então, é isso que eu venho fazendo. E posso garantir que tem muita coisa que eu não consegui fazer, mas, por outro lado, muita coisa que eu não imaginava fazer, logrei fazê-lo com bastante sucesso, sobretudo no caso da identificação e da caracterização do mundo açucareiro fluminense, que é uma das grandes contribuições que o meu trabalho vai trazer.

Vidal: No seu livro, o topônimo Rio de Janeiro descreve duas realidades: a cidade e a região. Como resolveu, na organização do seu livro e na escrita do mesmo, a dificuldade da articulação entre região x cidade/cidade x região?

Abreu: De fato, inicialmente, a Capitania e a cidade representam a mesma coisa. A Capitania do Rio de Janeiro é muito pequena. Ela está incrustada na Capitania de São Vicente. Só se tornou Capitania do Rio de Janeiro na época da fundação da cidade, sobretudo na consolidação da cidade, por Mem de Sá, em 1567: era uma área de seis léguas (em quadra ou em círculo) a partir do morro que mais tarde seria conhecido como Morro do Castelo.

Então, no início, a Capitania do Rio de Janeiro era apenas o termo da Cidade de São Sebastião e ela ia a 40 quilômetros para todos os lados – de terra, obviamente, não para o oceano. De Maricá a Campo Grande, mais ou menos, e até a Serra do Mar, lá no recôncavo, já no fundo da baía: isso é a Capitania. A cidade é mínima, obviamente, mas ela tem jurisdição sobre esse território.

Além disso, o Rio de Janeiro foi desde o início uma cidade real. Há todo um debate – em parte do livro eu discuto isso – porque, no próprio século XVII, os herdeiros de Martim Afonso de Souza, que era o capitão de São Vicente, começaram a exigir indenização por esse pedacinho da Capitania que a Coroa tomara para si. Há toda uma discussão sobre isso no século XVII. É uma questão que até hoje não vi sendo discutida por outros. Na realidade, a Capitania era de Martim Afonso de Souza e quem tinha que defendê-la, dos franceses em especial, era ele que era o Capitão, e ele não o fez. Coube à Coroa recuperar esse território e há um imbróglio nessa época sobre se aquilo foi uma reapropriação ou uma espoliação. Então, o Rio de Janeiro, nos séculos XVI e XVII, já começa como uma cidade real, em que o donatário não tem ingerência, em que os governadores são determinados pela Coroa, sem participação donatarial nenhuma, mas que, aos poucos, por ser uma cidade real, por estar sujeita diretamente ao rei, o que aconteceu foi que ela começou a ser utilizada também como base da administração direta colonial. Ainda no século XVI vem a decisão de Dom Sebastião de dividir o governo colonial em dois: uma repartição do Norte e uma repartição do Sul. Isso vai durar muito pouco tempo no Rio de Janeiro, mas essa ideia, de fazer uma sede do Estado do Brasil na Bahia e uma sede no Rio de Janeiro, voltará no século XVII e novamente será efêmera. Ou seja, desde o início, o Rio de Janeiro é uma cidade pequena, a capitania é uma capitania pequena, mas a presença

do governador geral, nas pequenas épocas em que o Rio de Janeiro foi sede da Repartição do Sul, fez com que as decisões da Coroa em relação ao sul do que é, no Brasil de hoje, o Sudeste, essa área meridional do Estado do Brasil, passasse a ser comandada pelo Rio de Janeiro. Isso foi ampliando, aos poucos, a área de atuação do governador. Por exemplo, a Capitania de Cabo Frio vai ser uma capitania secundária sempre, dependente da Capitania Real do Rio de Janeiro. Com o tempo, essas capitanias serão todas absorvidas pelo governo do Rio de Janeiro. Sobretudo no século XVIII, quando a Capitania do Rio de Janeiro passa a ser a capitania que abarca Cabo Frio, Campos dos Goytacazes..., no final, acaba tudo uma coisa só, com sede no Rio de Janeiro, na cidade.

Vidal: Mas antes do nascimento desta cidade do Rio, desenrola-se o processo de apropriação do território. Você consagra, por exemplo, um capítulo inteiro à França Antártica e à importância que teve na decisão de fundação do Rio de Janeiro. Você poderia explicar o que seu estudo traz de novidades para o conhecimento dos primórdios do Rio de Janeiro?

Abreu: A primeira parte do meu trabalho é relativa ao processo da conquista desse território, no qual mais tarde vai se instalar a cidade e o seu termo. É a parte em que eu menos tenho pesquisa de fontes primárias: o que existe já foi bastante trabalhado por outros autores, inclusive, não foi necessário para mim desvendar a paleografia do século XVI, porque os poucos documentos que ainda existem já foram transcritos por outros autores do passado e estão disponíveis em escrita atual.

Não há, nesta parte, contribuição nova, no sentido de fontes documentais novas. Mas há um enfoque que eu penso diferente. Porque o que me interessa é não tanto ficar trabalhando com o processo social apenas, mas tentando ver como é que isso tudo vai se refletir na organização espacial do território, que vai decorrer dessas lutas que ocorrem no século XVI. É uma parte necessária, porque eu tenho que falar do processo de conquista, para depois falar da apropriação e dos conflitos que ocorrem a partir da apropriação territorial.

Vidal: A partir dessa nova síntese, você pode assim entrar na segunda parte, relativa à apropriação do território e à formação da sociedade colonial, para a qual você escolheu um título expressivo: “Agentes, ritmos e conflitos”...

Abreu: Essa parte já traz, eu acho, contribuição nova... A apropriação do território se deu através do sistema sesmarial, como no resto do Brasil aliás: a terra foi considerada como direito de conquista, ou seja, a existência de indígenas foi desconsiderada. O sistema é antigo, pois Portugal tinha utilizado o instituto da sesmaria no período de reconquista cristã para apropriar-se das terras do sul. O sistema foi assim transferido para o Brasil. Mas, obviamente, essa transferência não foi simplesmente um “copiar” e “colar”, pois sofreu muitas modificações.

Foram de dois tipos: as Sesmarias de Terras, dadas aos “sesmeiros” (no Brasil, “sesmeiro” é quem recebe a sesmaria e não quem dá, como em Portugal). As sesmarias de terra eram destinadas para a produção agrícola, para o aproveitamento das terras. Havia também as Sesmarias de Chão, que eram os chãos dados para a construção das vilas e das cidades. Sobre essas, temos muito pouca informação na literatura especializada.

A partir daí, meu objetivo foi de entender como esse processo se desenrolou no Rio de Janeiro. Acontece que as sesmarias foram também dadas às corporações municipais, ou seja, à Cidade do Rio de Janeiro, que é uma pessoa jurídica, e às corporações religiosas – aos jesuítas, aos beneditinos, aos carmelitas, mas não aos franciscanos, porque, como ordem mendicante, eles não podiam ter propriedade. E é a partir dessa apropriação inicial que começam também os conflitos entre sesmeiros: entre os jesuítas e a Cidade do Rio de Janeiro, entre as próprias ordens religiosas...

Mas a apropriação se deu também em função de ritmos – por isso o subtítulo desta parte. Por exemplo, ela começa *de jure* antes mesmo da fundação da cidade. As primeiras sesmarias são dadas pelo capitão de São Vicente antes da conquista. Serão provavelmente anuladas depois, mesmo se não há documentação sobre isso. Depois da fundação da cidade, quando Estácio de Sá ainda está no sítio original, ao sopé do Pão de Açúcar, toda a área fronteiria à baía de Guanabara, ou grande parte dela, a área que fica em frente à água, vai ser doada – mesmo que não pudesse ser ocupada, porque os índios ainda estavam lá, com alguns franceses a lhes ajudar. Mas a apropriação formal já existe com a cidade da conquista. Mesmo depois, com a transferência da cidade para o morro, mais tarde chamado “do Castelo”, há ritmos diferentes: no lado ocidental da baía de Guanabara, onde a cidade do Rio de Janeiro se instalou, os indígenas já tinham sido derrotados ali, mas pelo lado de Niterói, eles estavam mais perto – os indígenas Tamoios ainda estavam no Cabo Frio.

Então, a apropriação se deu muito mais lentamente até que, em 1575, os indígenas são dizimados no Cabo Frio. Mesmo assim, o povoamento vai se dando em vagas, a partir da baía de Guanabara e seguindo os vales fluviais, pois são os vales os grandes eixos de penetração. Então, em algumas áreas em que há rios mais navegáveis, a apropriação e o povoamento se fazem mais rápido, em direção à montante do rio. Em outras, menos navegáveis, foram mais lentos.

E, ao mesmo tempo em que os ritmos são diferentes, começam os conflitos. Já temos notícias deles em 1573, 1574. Na década de 1570 já começam conflitos de apropriação entre a Câmara e os sesmeiros: os jesuítas começam a ter querelas e brigas na virada do século XVI para o XVII. Então, acompanhar a apropriação do território é acompanhar necessariamente os conflitos que decorrem dessa apropriação.

Vidal: Você diria que esses conflitos atrapalharam o desenvolvimento da apropriação territorial do Rio ou finalmente o ajudaram, pelo fato de chamar a atenção da Coroa?

Abreu: Bem, eu diria que não atrapalharam, nem ajudaram: fizeram parte. Num aspecto eles ajudaram muito, porque a partir desses conflitos muita documentação foi produzida. Isso foi importantíssimo para mim: muita reclamação foi mandada para Lisboa, muita coisa foi escrita em cartório e, apesar de muitos desses documentos terem desaparecido, muitos ficaram.

Então, os conflitos são essenciais para duas coisas no meu livro. Não só para entender divergências em jogo no conflito, mas, sobretudo, pelo que os relatos desses conflitos oferecem de informação sobre o território: eles falam, por exemplo, que houve um conflito entre os jesuítas e a Cidade do Rio de Janeiro em 1667 e ali descrevem como era aquela área fronteira das sesmarias, se havia ou não engenhos...

Os conflitos entre proprietários resultavam geralmente de brigas a respeito dos limites de suas propriedades e me ajudaram a entender os limites e as demarcações. Recuperei também topônimos antigos, registrados nesses documentos, nomes e localização de engenhos, nomes de proprietários, tipo de organização agrária (“passamos pelos canaviais de não sei quem”); então, os conflitos tiveram essa importância. Não só por fazer parte da cidade, mas por originarem muita documentação escrita (judicial, ou mesmo do Desembargo

do Paço, do Conselho Ultramarino) ou cartográfica (mesmo se muitos desses mapas se perderam).

Vidal: Eis uma excelente ilustração do famoso “excepcional normal” em torno do qual a micro-história se estruturou: a partir do excepcional, do conflito, é possível ter acesso às normas que estruturam o ordinário...

Mas, seguindo a organização do seu trabalho, entramos agora na terceira parte, que vai repensar o Rio de Janeiro açucareiro no sistema atlântico. O que seu livro traz de novo sobre essa perspectiva?

Abreu: Eu acho que esta parte é essencial. Inclusive, exigiu que eu voltasse aos arquivos. E isso tem a ver com a sua primeira questão: “O que era o Rio de Janeiro?” A verdade é que quando comecei a pesquisar no Arquivo Nacional, era muito difícil ter acesso à documentação cartorial (está até hoje interdita). Em 1998-1999, sobretudo, eu comecei a ter autorização para ver essa documentação, em péssimo estado de conservação, numa sala especial. E, naquela época, eu fiz aqueles erros, que muitas vezes cometemos, e que, felizmente, conseguimos, às vezes, corrigir. De um lado, o volume de fontes era muito grande, e do outro, não imaginava que esse livro ia ser tão imponente como ficou... então, ao ver a documentação cartorial, ou seja, escrituras de compra e venda de terras, de chãos, de chácaras etc. e, trabalhando sozinho, eu pensei: “é muita coisa; eu só vou copiar aquelas informações cartoriais referentes ao território da cidade do Rio de Janeiro tal e qual ela é entendida hoje, ou seja, o município do Rio de Janeiro hoje”. Se tinha alguma coisa sobre Jacarepaguá no século XVII, eu copiava, pois Jacarepaguá hoje faz parte do município. Mas, se era Niterói eu não copiava, porque Niterói não faz parte do município do Rio de Janeiro.

Isso foi um erro terrível, porque eu comecei a mergulhar nos engenhos do século XVII e eu notei que o Rio de Janeiro do século XVII, notei não, eu tive que aceitar que o Rio de Janeiro do século XVII era todo o recôncavo da Guanabara: esse é o termo municipal, é toda a capitania original. Então, o que adiantava saber sobre engenhos em Jacarepaguá ou na Ilha do Governador, se não tinha informação sobre os engenhos do outro lado? Isso me fez voltar novamente à documentação em 2003-2004 e continuar para o século XVIII adentro.

Então, o que é que esta parte se propôs? Na realidade, eu acho que esta é uma das grandes contribuições deste trabalho, porque nada se sabe praticamente – e posso afirmar isso com certa tranquilidade hoje – sobre o Rio de Janeiro do século XVII, o Rio de Janeiro açucareiro. O meu livro vai trazer muita informação nova nisso. Até hoje, sabe-se que o Rio de Janeiro exportava açúcar e que não era tão grande exportador quanto a Bahia ou Pernambuco antes da conquista holandesa. Mas onde estavam esses engenhos, quantos engenhos eram, que força de trabalho utilizavam, quem eram os proprietários, enfim, não sabíamos nada sobre essa economia açucareira.

As informações que eram repetidas *ad nauseam*, as informações repetidas por todos eram apenas duas: Frei Vicente do Salvador, na sua *História do Brasil* de 1627, afirmou que havia 40 engenhos na Capitania do Rio de Janeiro; e Antonil, na sua célebre obra de 1710, informa que havia 136 engenhos na Capitania do Rio de Janeiro. Ou seja, se em 1627 havia 40 engenhos e em 1710, 136 engenhos, houve aumento no número de engenhos. Ponto final. Era isso praticamente.

Eu achava, entretanto, que era possível falar diferentemente desse Rio de Janeiro açucareiro. Uma vez dominando o processo de apropriação territorial, eu pude enfrentar esse mundo nebuloso. Duas grandes dimensões se impuseram: primeiro, que essa economia açucareira, como em todo lugar, é obviamente baseada na força de trabalho escrava. Então, a partir da documentação dispersa, atestados de óbitos, documentação das paróquias que ainda existem, foi possível adentrar um pouco e saber sobre a existência de escravos indígenas ou negros. Não temos muita informação, mas a partir de uma série de poucos testamentos, poucos inventários, foi possível ver que no Rio de Janeiro a escravidão é predominantemente indígena no século XVI, mesmo que já nesse século começa a escravidão negra, africana. No entanto, mesmo decaindo, na primeira metade do século XVII, a escravidão indígena ainda tem importância. A partir da segunda metade do século XVII, eu ousaria dizer que a escravidão negra já é predominante, e bastante predominante. Isso vai contra algumas interpretações que dizem que o Rio de Janeiro, no século XVII, ainda é indígena. Não é. No início não é e no final do século, quando o ouro é descoberto nas Minas Gerais, já não é mesmo! E aí será muito menos ainda no século XVIII.

Vidal: Você falou de uma segunda dimensão...

Abreu: Sim... a segunda dimensão é relativa aos engenhos. Eu publiquei um trabalho chamado “Um quebra-cabeça quase resolvido”, que me tomou dois anos de trabalho, um trabalho praticamente diário, que foi o de tentar colocar juntas as peças de um quebra-cabeça. Eu explico bem nesse trabalho (que está disponível *on-line*, publicado pela Universidade de Barcelona³) a metodologia: informações que foram sendo juntadas a partir de fundos os mais diversos possíveis: documentação cartorial (compra e venda de engenhos, pedidos de empréstimos etc.), documentação dos livros de óbitos, dos livros de nascimento (que falam de tal e qual pessoa que tinha um engenho em Irajá, vamos dizer assim), documentação que foi possível encontrar nos livros de tombo das instituições religiosas, que foi obtida sobre as genealogias fluminense e carioca, que é fundamental para quem trabalha com esse período distante (que volta e meia fala de um casamento que foi feito na capela de S. Leonardo, no engenho de D. Francisca de não sei o quê). A partir desse trabalho e de outras coisas dispersas, que inclusive encontrei no Vaticano, no arquivo dos jesuítas, da Companhia de Jesus, que eu visitei em 1999 – fiquei duas semanas fazendo pesquisa por lá –, foi possível ver que muitas dessas informações se juntavam, diziam respeito ao mesmo engenho.

Depois de todo esse trabalho insano, descobri mais de 160 engenhos no século XVII – 164, se não me engano. Alguns duraram pouco, outros desapareceram da documentação, o que me levou inclusive a chegar ao número exato de Antonil para 1700: 136 engenhos em funcionamento. Eu não tenho como dizer qual era a produção desses engenhos (as informações sobre a produção são muito poucas), mas eu posso provar que estavam em funcionamento. E a partir dessas informações dispersas, fiz algumas análises (que são novas) do tamanho dos engenhos. Eram todos engenhos realmente muito pequenos, comparados com os da Bahia. A produção obviamente devia ser pequena também. O valor dos engenhos era muitíssimo menor que os da Bahia. Não tenho ideia da capacidade do maquinário instalado, mas, por exemplo, pelo número de caldeiras que tinham, é possível deduzir que eram muito menores. Então eu faço uma comparação com os resultados da Bahia, trazidos pelo Stuart Schwartz.

Vidal: E esses resultados vão interessar aos historiadores...

³ <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-32.htm>>.

Abreu: De fato, eu pude discutir um pouco as hipóteses ou certas conclusões de alguns historiadores que trabalham com o século XVII. No Rio de Janeiro, há uma grande discussão entre os historiadores para saber se houve ou não uma grande crise no século XVII (o século XVII é um século de crise na Europa). A questão é saber se essa crise realmente foi igual aqui ou se nós estamos transpondo o processo de lá para cá. Há uma discussão muito grande, entre os historiadores do Brasil, se a colônia reflete os humores da metrópole instantaneamente ou se existe alguma autonomia colonial, mínima que seja. E uma das coisas que o meu trabalho mostra, e que alguns autores que já tiveram acesso estão achando importante, é que o número de engenhos no Rio de Janeiro não para de crescer através do século XVII. Não importa que fossem engenhos pequenos. Eles crescem. Ora, se eles crescem numa época que todo mundo diz que é de crise, há que se repensar um pouco essa crise.

Agora, o que é também fundamental para mim, que sou geógrafo, é que eu precisava saber onde estavam esses engenhos. E, não só consegui nomeá-los quase um a um (porque eles tinham nomes), como também consegui localizar com bastante aproximação onde estavam. E consegui ver que o Rio de Janeiro açucareiro (há engenhos em todo lugar) corresponde, sobretudo, às regiões que hoje chamamos Irajá, São João de Meriti, Deodoro, Realengo (essa área da fronteira do município do Rio de Janeiro com os municípios da Baixada atual) e também a área de Niterói e São Gonçalo (sobretudo São Gonçalo, que é uma área de grande concentração de indígenas).

Aliás, voltando agora à França Antártica, porque isso é talvez uma das poucas coisas que eu consegui descobrir de novo, foi o Porto dos Franceses. Havia esse lugar que, se eu não me engano, consegui descobrir numa documentação sesmarial que remete a uma documentação perdida do século XVI e fala de um “Porto dos Franceses”, relativamente localizado no que é hoje São Gonçalo, “na banda d’além”, do outro lado, e deve ser a área exatamente onde os franceses que ficaram depois da derrota da França Antártica ainda se mantiveram durante algum tempo. Até hoje ainda não tinha ouvido falar desse Porto dos Franceses, mas ele aparece citado numa documentação que não tinha sido ainda utilizada.

Vidal: Falando dos franceses, você me diz que descobriu pelo menos o engenho de um francês...

Abreu: Não... Ah! Isso não é novo! O que é novo é a localização que eu consegui. Há um francês aqui que se chamava Marin Paris. Ele era da expedição de Villegaignon. Há documentação conhecida e que fala que ele ainda estava vivo no final do século XVI. Alguns o chamavam de Martin Paris (talvez porque fosse de Paris). É um francês que ficou com Estácio de Sá, casou-se com uma portuguesa e acabou tendo sesmarias aqui, mais de uma inclusive, pelo lado de Niterói. Há outros franceses que são conhecidos depois, no século XVII. Um, que era um corsário, é apreendido e se casa com moça de uma das famílias mais nobres, que hoje chamamos Gurgel, inicialmente, Grujel. Ele vai se casar em família de senhores de engenho. Vai ser o ramo da família que ainda existe: Gurgel do Amaral. Esqueci o primeiro nome dele. Não sei se era Nicolau Jean-Baptiste, não lembro bem, mas era Gurgel.

Vidal: Bom, chegamos à quarta parte, e agora você acaba esse panorama com um outro quebra-cabeça, uma tentativa de reconstituição da forma urbana do Rio de Janeiro inicial. E aí, sem mapas existentes e sem escavações arqueológicas, pois o Morro do Castelo foi derrubado, como fazer?

Abreu: Esta quarta parte era na realidade o objetivo inicial. Pretendia trabalhar apenas a cidade, buscando a cidade original, e não a cidade no seu sítio definitivo. O que eu consegui para as sesmarias não consegui tanto para essa cidade original, porque, para trabalhar com a área urbana, nós temos de trabalhar com as Sesmarias de Chãos. As informações das Sesmarias de Terras até existem, muito resumidas, mas as das Sesmarias de Chãos são quase totalmente inexistentes. Então, para trabalhar com a cidade original sobre o morro, mais tarde chamado “do Castelo”, foi necessário trabalhar com muito poucas fontes documentais. Mas consegui recuperar o que deveria ser a forma urbana original e o retalhamento territorial original no alto desse outeiro. Sobre isso já tenho um trabalho publicado na revista *Cidades*, que é uma parte desse capítulo.

Na realidade, eu não consegui fazer um mapeamento final, único, porque a documentação é tão carente que cheguei à conclusão que a cidade poderia ter três formas diferentes, sobretudo quando se trata do muro. A cidade era murada, no alto do morro. Mas venho com três mapas: um, em que o muro é contínuo; outro, o muro é aberto apenas em uma parte; e outro, aberto em duas partes. Descobri a existência de uma porta (pois os muros têm portas) e

localizei a porta, pelo menos, descobri, com a ajuda de um professor português, Rafael Moreira, o que era o “trasto” da cidade – uma palavra que ninguém, nem no Brasil, nem em Portugal, ouvira falar. Na pouca documentação que ainda existe sobre o Rio de Janeiro, essa palavra aparece nove vezes. O que descobrimos é que era uma área de derrube da mata (o morro era todo florestado) na base, no sopé do morro. Todo o sopé do morro foi devastado da vegetação original para que pudesse ser melhor controlado lá de cima. Isso foi muito difícil descobrir. Na realidade, essa palavra não existe em português: é um neologismo, segundo o professor Rafael Moreira, uma mistura da palavra italiana *guasto*, que vira *trausto*, *guauto* e, enfim, é introduzida por engenheiros militares portugueses que estudaram na Itália à época de Dom Sebastião e que, para “falar difícil”, como dizia o professor que me auxiliou na interpretação dessa palavra, começaram a introduzir palavras novas e a chamar o “trauto” de *trasto*, que seria a junção da palavra portuguesa com a palavra italiana.

Agora, o que é novo também neste trabalho é o mapeamento e a discussão sobre a expansão da cidade em direção à várzea. E com isso eu provo por A mais B que estão errados todos aqueles que falam que o Rio de Janeiro ficou em cima do morro durante todo o século XVI. A cidade ocupa a várzea. A cidade baixa é praticamente concomitante à ocupação da cidade alta. E já, desde o início, há conflitos nessa cidade baixa. Nesta parte eu abri uma discussão com os arquitetos que têm trabalhado com morfologia urbana: eu provo, com vários documentos, como as ruas foram abertas com critério, medição, coordenação. Ou seja, a ideia de que a cidade portuguesa se enlaça na paisagem e que não tem método algum não se aplica. Aliás, o próprio Sérgio Buarque de Holanda, no famoso capítulo do seu livro *Raízes do Brasil*, diz que essa ideia não se aplica ao Rio de Janeiro, nem às cidades reais (Salvador tem um plano extremamente regular). Infelizmente, o que ficou popularizado do seu livro foi apenas a constatação das formas irregulares dos pequenos arraiais do interior. E regular não é sinônimo de ortogonalidade. Isso é importante também. Você pode ter um plano regular sem ser ortogonal, e é o que ocorria nas cidades brasileiras – muitas das quais tiveram planos triangulares, como São Paulo de Piratininga e Vitória... e o Morro do Castelo. O plano em cima deste outeiro acabou sendo triangular.

Vidal: Voltando ao mapeamento da cidade, pode explicar como trabalhou?

Abreu: Os mapeamentos que eu faço nesta parte são feitos a partir de fragmentos, porque às vezes tenho a localização na rua, outras, apenas a indicação da rua e não sei exatamente em que parte da rua, em que quarteirão da rua, às vezes nem em que lado da rua.

Então o meu mapeamento, nesta última parte, é muito baseado em setores. Dividi a cidade em dois setores: um setor norte e um setor sul (aqui seria longo demais explicar, como fiz exatamente). E uma coisa que consegui descobrir, trabalhando nesses dois setores, é que o Rio colonial – e essa era uma das questões que eu queria responder com o meu trabalho urbano –, ao contrário do que alguns autores diziam, não é bem caracterizado pela mistura de usos e classes sociais. Por exemplo, os senhores de engenho têm casas em toda a cidade na área urbana, que é muito pequena. Mas eles estão predominantemente no setor sul. Muito menos no setor norte. E os artesãos? Os oficiais mecânicos? Eles estão na cidade toda também. Mas estão predominantemente no setor norte. Alguns usos estão concentrados em setores. Mesmo os ofícios mecânicos de *status* (ourives, alfaiates...) estão mais presentes em certas áreas do que em outras. Tudo isso indica que, apesar de ser uma cidade muito pequena (no final do século XVII ela não atinge nem a rua Uruguaiana atual), o Rio de Janeiro conhecia uma certa distribuição socioespacial: as classes mais poderosas, inclusive artesanais, estavam relativamente concentradas.

Vidal: Entrando na estrutura dessa sociedade, além das ordens religiosas e da Câmara, você insiste no papel dos marranos no desenvolvimento do Rio de Janeiro. Pode explicar como ilustram a instalação e organização da primeira sociedade urbana no Rio de Janeiro?

Abreu: O Rio de Janeiro do século XVII tem uma população de origem cristã-nova extremamente grande. Já contamos com trabalhos importantes e eu me apoiei muito em certos trabalhos, sobretudo o de Lina Gorenstein, que fez uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado⁴, e o de Anita Novinsky⁵, uma historiadora da Universidade de São Paulo que tem trabalhado

⁴ SILVA, Lina Gorenstein Ferreira da. *Heréticos e Impuros – Inquisição e cristãos-novos no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento de Informação e Editoração, 1995.

⁵ NOVINSKY, Anita. *Cristãos novos na Bahia*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

com cristãos-novos. Mas a maioria das informações que temos sobre cristãos-novos é voltada para o século XVIII...

Eu trabalho com os cristãos-novos, mas, sobretudo, na segunda metade do século XVII. Há informações de viajantes, por exemplo, que falam que o Rio de Janeiro não tem judeu, não tem cristão-novo. Os trabalhos que foram feitos, sobretudo por Lina Gorenstein, mostram, no entanto, coisas interessantíssimas: na realidade, a população não sabia que havia cripto-judeus. Havia, e alguns são conhecidos e foram perseguidos ainda no século XVII pela Inquisição. E jamais negaram. Inclusive conseguiram ir para a Holanda no século XVII. Agora, o que os estudiosos falam é que, no momento em que os cristãos-novos são presos no início do século XVIII, eles não sabem mais o que são, simplesmente são vistos como à parte. Ao mesmo tempo, eles mantêm escondida uma série de práticas culturais que os judeus não consideram mais como judaicas, porque misturam Jesus, Moisés e a rainha Sara e não sabem mais por que não comem carne de porco ou não sabem por que jogam fora a água que existe na casa quando alguém morre. Então, a perda de identidade desse grupo é uma coisa clara. Eles não sabem mais o que são.

Conseguí os nomes dos cristãos-novos e conseguí identificá-los na minha base de dados. E ao identificar na minha base de dados essas pessoas consideradas cristãs-novas, descobri algo novo. Outros já haviam descoberto que os cristãos-novos, senhores de engenho, estavam muito concentrados nessas duas áreas que eu falei que eram produtoras de açúcar: Irajá e São Gonçalo. Mas o que não se sabia e eu consegui mapear, ou pelo menos identificar (o mapeamento nem sempre foi possível), foi onde é que os senhores de engenho tinham suas residências urbanas. E ao ver isso descobri que os senhores de engenho cristãos-novos estavam com residências urbanas muito próximas umas às outras, o que parecia que também na área urbana havia uma estratégia de proximidade dessas famílias, que tentavam se aglomerar juntas, tanto no campo, quanto na cidade.

Vidal: Para encerrar, você diria que essa cidade que você conseguiu recuperar, até com a sua ocupação social, seria apenas o reflexo da paisagem do açúcar ou ela tem alguma autonomia no seu desenvolvimento?

Abreu: Bem, sabemos disso: o Rio de Janeiro é predominantemente um porto do açúcar. Não há dúvida que o açúcar tem um papel importante. Só

que a cidade não é explicada apenas pelo açúcar. Os historiadores têm debatido muito essa tese da autonomia. E aí a carência de dados é muito grande. Mas já existe um mercado urbano, mínimo que seja, e, mesmo no século XVII, existem áreas que já não são açucareiras, mas dedicadas à produção de alimentos para a cidade. Obviamente que nem todos os oficiais mecânicos que trabalham na cidade estão ligados às necessidades do açúcar ou da navegação.

Mas eu acho impossível falar do Rio de Janeiro no século XVII, sem dar ao açúcar uma importância fundamental, no cotidiano inclusive, da cidade. Quando chegava a frota do açúcar, a cidade mudava seu ritmo, mudava o seu cotidiano, mudava tudo. Há, entretanto, incógnitas ainda grandes sobre os setores não diretamente ligados ao açúcar, à sua importância na economia urbana dessa época, porque aí a carência de dados ainda é grande.

UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil, 12 de junho de 2008.